

Sobre o ensino das Ciências Sociais

As sociedades contemporâneas necessitam das Ciências Sociais. A organização de um ensino dessas ciências constitui resposta adequada a tal necessidade. Deverá, porém, subordinar-se às exigências dos diversos tipos e funções da investigação social. É dentro desta orientação que, na parte final do presente artigo, elaborado para Análise Social, se estudam os objectivos e o conteúdo desejáveis para aquele ensino.

1. Os problemas do desenvolvimento das Ciências Sociais

a) A necessidade contemporânea de Ciências Sociais.

Que o desenvolvimento das Ciências Sociais corresponde a uma necessidade das sociedades contemporâneas, já não carece hoje de longa demonstração. As transformações nas actividades económicas como nos modos de vida, nas opiniões como nos grupos sociais, são actualmente tão rápidas que a previsão se reveste, em todos esses domínios, de particular importância. Todas as decisões, quer do Estado, quer de uma empresa, uma administração, um comerciante ou um particular, assentam sobre uma antecipação do futuro e, mais precisamente, sobre uma antecipação das reacções dos interessados. Antecipação que pode fazer-se e, até aos nossos dias, tem sido feita, sobretudo segundo dois processos: o do *conhecimento tradicional do meio* (assente sobre o postulado de que as situações são estáveis, e tendo como instrumento a experiência passada — que se supõe repetitiva — ou, na melhor das hipóteses, a projecção de tendências conhecidas) e o da *intuição* das transformações mais importantes. Ora, o que nos é possível esperar das Ciências Sociais é que acrescentem, a estes

N. da R. — Os subtítulos que figuram nesta tradução são da responsabilidade de *Análise Social*, pois não figuram no original francês.

processos tradicionais, outros meios de previsão, mais apurados e mais sistemáticos.

Tomemos um exemplo: uma empresa pode tomar as suas decisões mais importantes (investimento, orientação da produção) estudando os seus volumes de vendas e, com base nas impressões resultantes desse estudo, fazendo algumas «jogadas» sobre o futuro. Assim, se a venda de aperitivos decresceu e a de sumos de frutos aumentou, daí serão certamente extraídas conclusões, tendo, porém, em conta o que se conhece, por exemplo, da política governamental quanto ao consumo de álcool e das correntes da moda que, a partir de informações e contactos pessoais, se julga discernir no mercado.

O progresso será, porém, considerável desde que a estes dados se acrescentem os resultados, digamos, dum estudo de mercado que determinem os critérios que estão na base da escolha dos consumidores (é o álcool que se recusa ou apenas determinado tipo de aperitivo, sendo, por exemplo, o whisky mais desejado agora do que os vinhos generosos? em que circunstâncias e onde — no café, com amigos — se prefere aquele ou estes?); ou os resultados dum estudo económico que mostre, através de análises incidentes sobre mais longos períodos, o que, nos resultados do ano considerado, é devido à conjuntura (baixa dos rendimentos disponíveis ou pressão duma nova categoria de despesas?) ou a tendências estáveis (a elasticidade deste tipo de consumo em relação ao rendimento é inferior ou superior à unidade?); ou até mesmo um esboço das tendências económicas gerais, o qual, apesar das inevitáveis imprecisões, analisando a evolução do rendimento nacional, fornecerá um quadro para estimativas particulares. Os exemplos poderiam ser facilmente multiplicados. As causas dos movimentos de mão-de-obra entre empresas, entre sectores ou entre países são provavelmente complexas (desigualdade de salários e também de possibilidades de promoção; redes de informação sobre estas desigualdades; redes sociais que tornam concreta a possibilidade de uma deslocação). A política económica das empresas ou do Estado é, evidentemente, tanto mais eficaz quanto mais profundo for o seu estudo preliminar. O mesmo se poderá dizer quanto ao ensino, ou quanto ao urbanismo.

Se uma sociedade é estável, é-lhe possível basear-se no exemplo do passado, na utilização de precedentes; e, para o que se vai alterando, pode recorrer a um tatear progressivo. Mas à medida que entra em transformação rápida, a precisão torna-se-lhe necessária, e mais se afirma, por isso, a necessidade das Ciências Sociais.

Os optimistas concluirão, decalcando esquemas económicos, que o desenvolvimento destas ciências está, assim, garantido: sob a pressão da necessidade, o seu ensino e exercício serão for-

çosamente estimulados — o que é, sem dúvida, verdade, mas apenas em parte. A «produção» de uma ciência não é exactamente semelhante à da generalidade dos bens e serviços económicos. As diferenças são mesmo a tal ponto importantes, que obrigam a equacionar o problema de maneira inteiramente diversa. Não é possível confiar pura e simplesmente no mercado, como vamos ver.

b) A organização planeada de um ensino de Ciências Sociais.

Em primeiro lugar, o mercado estimula desigualmente os estudos *aplicados* e os estudos *fundamentais*. A sua avidez incide sobre tudo o que pode prestar-se a utilização imediata (a intervenção na empresa, o estudo do consumidor, etc.). Pelo contrário, a elaboração dos *instrumentos intelectuais* que, precisamente, permitem tais aplicações (sociologia das organizações, psicologia social das atitudes e das motivações, etc.) não lhe interessa, recusando-se, por isso, a pagá-la. Sem dúvida que esta oposição é tanto menos rígida quanto maiores são as empresas em causa, e maior é, portanto, a sua capacidade de investir na investigação a longo prazo. No conjunto, porém, a utilização de conhecimentos já adquiridos sobre põe-se (até mesmo nas remunerações dos especialistas) à aquisição de novos conhecimentos; e adentro desta, o estudo aplicado sobrepõe ao estudo fundamental. Esta distorção, determinada pelo mercado, é tanto mais grave quanto menos desenvolvida é a economia em causa: o interesse pelas aplicações práticas pode conduzir, pelo atractivo das remunerações e das carreiras oferecidas, a privar de todos os recursos humanos as investigações fundamentais.

Acresce ainda o facto de que, no domínio da investigação científica, a distância entre a manifestação de uma procura e o lançamento dum produto, é particularmente longa. Um estudo de Ciências Sociais, não só raramente pode ser uma operação de apenas algumas semanas, como supõe ainda a existência de equipas de investigadores, isto é, dum quadro institucional (que necessita de muito mais do que alguns meses para a sua criação) e sobretudo dos próprios investigadores, produto duma longa formação e duma selecção rigorosa. Entre a decisão de produção e a própria produção decorrem, assim, normalmente, vários anos. Para responder às necessidades, torna-se, pois, indispensável uma antecipação a prazo relativamente longo, e a estimulação pelo mercado não pode ser senão muito indirecta.

Até este ponto, os problemas das Ciências Sociais são os mesmos das Ciências Naturais (e talvez análogos aos de um investimento cuja eficácia só se manifeste a longo termo, como o que se efectua num poço de mina). Mas as Ciências Sociais apresentam uma outra dificuldade particular: o produto e o seu mercado não

são tão claramente definidos como no caso dos bens materiais, ou mesmo como nas Ciências da Natureza.

A diferença é, sem dúvida, apenas de grau: todo o novo produto deve criar o seu mercado, isto é, nomeadamente através da publicidade, tornar conhecido o serviço que pode prestar, criando, assim, de certo modo, a necessidade correspondente. Porém, a utilidade dum detergente ou dum aparelho de ar condicionado facilmente se compreende, enquanto que a utilidade dum instrumento científico é, evidentemente, menos imediatamente apreensível.

As Ciências da Natureza apresentam, por um lado, a vantagem de um prestígio sólidamente estabelecido (pertence já ao passado a oposição fácil do bom senso dos «homens práticos» às fantasias dos «sábios») e, por outro lado, a da existência de intermediários (técnicos e engenheiros) encarregados da exploração prática e do «desenvolvimento» dos resultados. O contributo da investigação científica é, assim, neste campo, considerado incontestável, pois os homens da decisão sabem que podem esperar dela resultados úteis, procurando por isso estar atentos ao que lhes possa oferecer. O mesmo não se verifica em relação às Ciências Sociais: os problemas que estas são capazes de esclarecer não são, as mais das vezes, sentidos propriamente como problemas, mas antes como dificuldades mais ou menos indefinidas, para as quais não se pensa buscar soluções sistemáticas. Assim por exemplo, as dificuldades de um administrador perante os seus subordinados ou os seus administradores, o mal-estar detectado por um chefe-de-pessoal em certa empresa, são frequentemente atribuídos a uma série de erros de pormenor, a insuficiências individuais: raramente são considerados como sintomas que justifiquem um estudo sociológico ou psicológico das organizações. Se as correcções que efectuam e que são sempre restritas a casos particulares, não provocam a melhoria prevista, a incriminação recai sobre a falta de maturidade do pessoal ou do cliente — o que equivale a dizer que julgamentos morais são, assim, utilizados como último refúgio. Para que a utilização, ainda que elementar, das Ciências Sociais seja possível, torna-se necessário, em primeiro lugar, que aqueles que exercem as responsabilidades da acção transformem *dificuldades em problemas*, isto é: que disponham dos instrumentos intelectuais que permitem a formulação destes, a partir daquelas.

Esta orientação preliminar em direcção às Ciências Sociais é tanto mais necessária quanto estas raramente podem, ainda hoje, oferecer, mesmo ao problema que já se encontra verdadeiramente formulado, uma resposta simples, directa. A psicologia pode, é certo, nalguns casos, fornecer instrumentos imediatamente utilizáveis (testes de aptidões). O economista pode propor certas medidas. Mas perante um problema mais complexo, os esforços do investigador terão de consistir numa verdadeira tentativa de adquirir novos conhecimentos e não apenas numa utilização de

conhecimentos que se possuem já. O que é mais válido ainda no caso do sociólogo, melhor investido de processos de análise do que de leis directamente aplicáveis. Por outros termos, a satisfação das necessidades não supõe apenas a formulação destas, mas exige também uma certa colaboração entre o cliente e o investigador.

Se as conclusões desta breve análise são exactas, necessário se torna afirmar que o ensino das Ciências Sociais não pode ser entregue às solicitações e circunstâncias do mercado. Deve, pelo contrário, basear-se num plano que tenha em conta as necessidades a satisfazer e ainda a sua variedade e o modo como se expressam. Os pontos de partida de tal planeamento deverão ser, assim, a investigação e as suas funções.

2. Tipos de investigação nas Ciências Sociais

O termo «investigação», nas Ciências Sociais mais ainda que em quaisquer outras, engloba actividades de natureza muito diferente. Mesmo pondo de parte a simples recolha de factos, por exemplo para fins administrativos¹, torna-se necessário distinguir pelo menos três tipos de investigação, não para os opor ou separar, nem para os classificar por ordem de dignidade ou de importância, mas a fim de esclarecer as suas funções respectivas: a investigação fundamental, a investigação por domínios e a investigação aplicada.

A *investigação fundamental* tem objectivos determinados pelo próprio progresso da teoria e da metodologia. O demógrafo que fornece índices de fecundidade, o economista que estuda os mecanismos da repartição do rendimento nacional, o sociólogo que elabora uma teoria coerente da mobilidade social, fazem investigação fundamental. A sua finalidade consiste em precisar os conceitos mais importantes, em elaborar um corpo de proposições que interprete os factos, em definir os métodos de verificação da validade de tais proposições. A investigação fundamental encontra-se frequentemente ligada a uma disciplina determinada. A aproximação de duas disciplinas neste tipo de investigação não está excluída; não se trata, porém, quando se verifica, duma colaboração, mas da constituição dum conjunto de princípios comuns.

Este tipo de investigação é, indubitavelmente, fecundo em aplicações. Mas estas aplicações não são suficientemente previsi-

¹ É raro que se trate de pura recolha. Mais ainda: nos casos em que é, de facto, pura recolha, pode suspeitar-se que tal actividade se encontra insuficientemente organizada e que poderia, se inspirada por algumas hipóteses de investigação, informar muito melhor. Isto põe o difícil problema da colaboração e das permutas entre serviços puramente administrativos e serviços de investigação, problema que não podemos desenvolver aqui. Consulte-se, por exemplo, o relatório HEYWORTH (*Report of the Committee on Social Studies*, London, H. M. S. O., 1965, 101 p.).

veis, ou directas, para poderem servir de critério a uma política de investigação e ainda menos para a alimentar em regime de estudos encomendados. É, assim, normal que o local privilegiado para estas investigações seja a Universidade ou, pelo menos, instituições de estilo e de independência universitárias. Aliás, o ensino superior nelas deve encontrar normalmente o seu alimento e a elas deve conduzir, quando mais não seja para garantir a formação dos futuros investigadores².

A *investigação por domínios* é uma forma de investigação aplicada. O estudo das relações profissionais ou dos problemas do desenvolvimento económico, o estudo de áreas culturais determinadas, são exemplos de investigação por domínios. Tais estudos apelam normalmente para várias disciplinas que trabalham em estreita colaboração: por exemplo, linguístas, historiadores e demógrafos, devem permutar os seus conhecimentos e completar mutuamente o seu conhecimento numa «área cultural». Quanto às relações profissionais, dizem respeito simultaneamente ao jurista, ao economista e ao sociólogo, pois que uma regra de direito só se reveste de todo o seu significado quando situada num contexto económico determinado e tendo em conta a natureza das organizações intervenientes. O método é, assim, interdisciplinar.

A investigação por domínios supõe, portanto, a existência de *institutos especializados*, agrupando diferentes especialistas e não necessariamente integrados na Universidade. A sua integração em Universidades pode decerto representar uma garantia de imparcialidade e de independência, sempre que, por exemplo, os problemas a estudar sejam de natureza fortemente conflitual. É-lhes, porém, frequentemente necessário manter-se em contacto estreito com os interessados e, por isso, estruturas não-universitárias podem por vezes ser-lhes mais adequadas, aumentando simultaneamente a flexibilidade da instituição. A sua função não consiste, normalmente, em exercer uma tarefa de ensino, embora possam eventualmente fornecer conhecimentos muito especializados e, sobretudo, acolher estudantes de um grau avançado.

A *investigação aplicada* distingue-se da precedente porque busca, não a elucidação de um dado campo em geral, mas a resolução dos problemas particulares de uma organização determinada, empresa, administração, associação. Qual seria o efeito sobre a natalidade numa subida das taxas de abonos familiares? Quais os meios mais eficazes (bolsas, facilidades de alojamento, propaganda junto dos pais ou dos movimentos de juventude, etc. ...) para melhorar o acesso dos filhos de trabalhadores manuais ao ensino superior? Qual o melhor processo de acolher os segurados nas caixas

² Nesta análise dos tipos de investigação, inspiramo-nos muito directamente no estudo redigido por E. TRIST, *Social Research and a National Policy for Science*, A paper of the Council of the Tavistock Institute of Human Relations, London, Tavistock publications, 1964, 44 p.

de segurança social? Quais os canais mais eficazes para a vulgarização junto dos agricultores dos novos produtos e métodos? De tais problemas, como de muitos outros, se ocupa a investigação aplicada. A fim de lhes dar resposta, torna-se necessário utilizar todos os métodos disponíveis, isto é, a competência de vários especialistas: método multi-disciplinar, portanto, dado que consiste mais numa adição do que numa colaboração estreita.

A execução destas investigações aplicadas pode ser confiada, por contrato, aos institutos especializados no respectivo domínio, ou a sociedades privadas de estudo ou de sondagem, ou ser assegurada pela própria organização interessada, no caso de esta dispor de um serviço de estudos suficientemente importante. Em qualquer dos casos, o trabalho apenas será eficaz para o «cliente» na medida em que este possua um órgão especializado para o acompanhar. Por outras palavras, o futuro da investigação aplicada supõe a existência, nas grandes organizações, de um serviço de estudos encarregado, quer de executar o trabalho, quer de, pelo menos, formular os problemas, acompanhar a execução das investigações e extrair delas as conclusões práticas. Torna-se, assim, necessário: 1.º) que tal serviço ocupe um lugar suficientemente elevado na hierarquia, a fim de que os seus pareceres sejam tidos em conta; 2.º) que seja composto por especialistas competentes, capazes de definir as investigações e de analisar os seus resultados; 3.º) que possua autonomia profissional, a fim de evitar ver-se reduzido à situação de peça de um mecanismo puramente administrativo.

Desnecessário será observar que a distinção entre os três tipos de investigação de nenhuma forma implica uma hierarquia de competências. A elaboração teórica e metodológica não é nem mais, nem menos nobre que o estudo necessário para discernir, por exemplo, os pontos estratégicos sobre os quais deve apoiar-se um esforço de desenvolvimento económico; e, se a competência requerida não é a mesma, daí não deve concluir-se que a sua importância seja maior num caso do que no outro.

Do mesmo modo, o facto de a investigação fundamental ser mais frequentemente universitária e de os serviços de estudos fazerem normalmente parte das próprias organizações interessadas não significa que a primeira possa pôr de lado todo o contacto com os «problemas sociais», que directamente interessam à investigação aplicada. Bem pelo contrário — e esta é a mais importante ideia do relatório de E. TRIST acima mencionado —, o desenvolvimento das Ciências Sociais far-se-á grandemente a partir das próprias necessidades sociais. A sua finalidade consiste, efectivamente, em provocá-las, registá-las e satisfazê-las, embora tendo evidentemente em conta as condições de eficácia e de validade do trabalho científico em si mesmo.

Desnecessário será ainda afirmar que, actualmente, a distinção entre os diferentes tipos de investigação e, sobretudo, entre as dife-

rentes organizações que lhes correspondem, não é uma condição preliminar (nem definitivamente fixada). Os serviços de estudos só pouco a pouco se vão criando; e a sua necessidade faz-se sentir na medida em que, por exemplo, uma organização interessada pôde apreciar a utilidade dum estudo aplicado feito por terceiros, sentindo ao mesmo tempo as dificuldades que encontra para tirar partido desse estudo, por não ter sido efectuado por um serviço de estudos seu.

É, assim, natural que se comece por instituições menos diferenciadas, ainda que, de início, isso signifique uma dispersão maior do trabalho dos especialistas competentes.

3. Objectivos e conteúdo do ensino das Ciências Sociais

Se o que acima ficou exposto realmente define o que nos é possível esperar das Ciências Sociais, bem como a forma de que a pouco e pouco deve revestir-se a sua inserção na sociedade, daí podemos deduzir quais os objectivos do ensino dessas ciências.

a) A formação de investigadores

A formação dos investigadores é, sem dúvida, quer em importância, quer na ordem cronológica, o primeiro desses objectivos: a via mais sensata, neste domínio como na maior parte dos domínios científicos, consiste em começar por cima. É necessário assegurar a formação dos diversos tipos de investigadores.

Essa formação engloba, evidentemente, um ramo comum não especializado: quer se destinem à Ciência Política, quer à Economia, à Sociologia, ao Direito ou à Demografia, os investigadores devem adquirir inicialmente uma cultura de base que assenta sobre dois fundamentos, um conceptual e o outro metodológico.

Nem o primeiro, nem o segundo se encontra ainda claramente definido. O quadro de matérias deve evidentemente manter uma certa flexibilidade, a fim de ter em conta, não só as situações nacionais, como os progressos possíveis das disciplinas. Podemos, não obstante, esboçar as suas grandes linhas.

Em metodologia, é sobretudo necessário que os futuros licenciados possam compreender os mecanismos lógicos das Ciências Humanas, bem como os seus instrumentos intelectuais mais importantes. Não seria, portanto, necessário incluir neste tronco comum a prática directa. É necessário que os estudantes possuam, por exemplo, noções de estatística, a fim de conhecerem quais as precauções exigidas por este tipo de conhecimento e quais os limites de validade dos instrumentos de análise estatística disponíveis; não é, porém, indispensável que aprendam, logo de início, os deta-

lhes técnicos exigidos pela sua utilização. Duma maneira geral, e retomando a distinção de Paul LAZARFELD, a metodologia sobrelevará à «tecnologia». Alguns conhecimentos matemáticos fundamentais³ são mais úteis do que a prática corrente do cálculo. O estudo, sobre exemplos, da solução metodológica de problemas concretos⁴ é mais importante do que, por exemplo, os detalhes das «escalas de atitudes» ou dos processos de amostragem. O exame e a elaboração, a título de exercício, de planos de inquéritos é mais instrutivo do que receitas, algo fastidiosas, para a redacção de questionários. O conhecimento dos meios que oferecem as máquinas calculadoras precede logicamente a aprendizagem das técnicas de cálculo. Duma maneira geral, e ainda segundo LAZARFELD, a via a seguir é a aprendizagem mais própria de uma linguagem, parcialmente matemática, do que duma prática.

O tronco comum conceptual é mais difícil de definir. Pode ou não, segundo as necessidades, comportar uma iniciação jurídica. Deve, em qualquer dos casos, fornecer ao estudante as noções de base da Ciência Económica e do grupo constituído pela Etnologia, a Sociologia e a Psicologia Social. Ainda sobre este ponto, embora com um sentido algo diferente, a finalidade primordial deve ser o ensino de uma linguagem, isto é: de uma maneira de reflectir sobre os problemas, dos conceitos que tal reflexão exige, bem como da maneira de utilizar esses conceitos. É necessário que o estudante leia um número suficiente de textos de inspiração diversa, a fim de se familiarizar com o que por vezes se designa desdenhosamente como o «calão» das Ciências Sociais e que é, muito simplesmente, o conjunto dos seus instrumentos intelectuais.

Tal programa não é desmesurado. A dificuldade maior consiste, porém, no facto de a definição dos termos sofrer flutuações de um autor para outro. É evidente que só poderia ser simplificada por uma decisão dogmática. Possível é, no entanto, evitar a confusão e a escolástica, recorrendo a um grande número de leituras, mas pondo sempre as noções apreendidas em relação com os seus indicadores e insistindo sobre o valor operativo (e sobre os limites que isso comporta). Por outras palavras, estabelecendo uma ligação íntima entre a linguagem conceptual e a linguagem metodológica.

Finalmente, é particularmente importante nesta primeira fase de estudos, fornecer uma perspectiva histórica. Sem dúvida por meio de disciplinas de História própria ditas; mas também

³ Por exemplo, os que propõe G. Th. GUILBAUD, *Mathématiques*, tome I, Paris, P.U.F., coll. Thémis, 1963, 243 p.

⁴ Sobre o modelo de Paul F. LAZARFELD e Morris ROSENBERG, *The Language of Social Research*, Glencoe, Ill., Free Press, 1955, 530 p. — Duma edição francesa por R. BOUDON e P. LAZARFELD, em preparação, foi recentemente publicado o primeiro volume: *Le Vocabulaire des Sciences Sociales*, Paris, Mouton, 1965, 309 p.

pelo esforço de apresentar a dimensão histórica dos problemas sociais.

Após este ramo comum, viria a especialização, de natureza bastante diferente segundo a carreira a que o estudante se destinaria.

b) *Formação de investigadores e formação de peritos*

É necessário formar, por um lado, *investigadores* especializados numa disciplina e, por outro, *peritos* especializados num dado domínio ou numa dada técnica. Os primeiros, cujos estudos serão provavelmente os mais longos, consagra-se-ão de início a um estudo aprofundado de Economia ou de Sociologia, de Psicologia Social, de Etnologia ou de Demografia; especializar-se-ão, seguidamente, num ramo particular de uma dessas ciências. Deverão adquirir simultaneamente a prática do seu ofício de investigadores, isto é, de preferência pela participação em trabalhos em curso, aprender a realizar as diversas fases de uma pesquisa. Quanto mais avancem, maior será o lugar ocupado na sua actividade pela investigação original e, portanto, menos importante será a medida escolar da aquisição de conhecimentos. Os centros de ensino e os institutos de investigação deverão, assim, encontrar-se estreitamente ligados.

Os segundos, os peritos, terão uma formação pluridisciplinar, ainda que apresentando uma dominante (económica, por exemplo). Devem, com efeito, adquirir um conhecimento detalhado num determinado campo (administração económica, problemas do trabalho, pedagogia e problemas do ensino, etc...), o que quase sempre pressupõe, na prática, a conjunção de diversas disciplinas. Um especialista de educação, por exemplo, não pode pretender ser, simultaneamente, médico, psicólogo, sociólogo e economista; mas como poderá compreender um problema concreto, se não fôr capaz de discernir, digamos, as imposições de natureza fisiológica ou de natureza organizacional que pesam sobre a elaboração dum programa e dum horário de ensino? É necessário, em suma, que seja capaz de discernir as diferentes dimensões dos problemas, embora se especialize numa dada competência (assim, o orientador profissional, embora seja fundamentalmente um psicólogo, terá de possuir algumas noções de Economia do Trabalho ou de Sociologia das profissões).

A distinção entre investigadores e peritos não é aliás rígida, nem deve sê-lo. Não só o ter participado num ramo comum de estudos os leva a utilizar a mesma linguagem, como a sua formação deve comportar uma parte considerável de elementos semelhantes. Através duma aprendizagem abreviada em determinado

domínio, o investigador pode tornar-se perito, e o perito pode, mediante um aprofundamento da sua especialidade, tornar-se investigador. É mesmo desejável que o façam e que existam permutas entre as diversas instituições de investigação.

Para o conseguir, não basta que a organização dos estudos, tal como a havemos esboçado, o permita. É ainda necessário que a *organização das carreiras* o consinta, que as permutas entre Universidades, institutos especializados e serviços de estudos, sejam facilitados. Mais ainda do que a flexibilização das regras administrativas, frequentemente necessária, é indispensável a criação dum estado de espírito.

Neste aspecto, a responsabilidade das *associações profissionais* é grande. Uma associação de economistas ou de sociólogos não é apenas uma espécie de corporação que defende os interesses dos seus membros e assegura o respeito da deontologia profissional. É também, de maneira menos oficial, uma «bolsa de valores científicos», na qual se definem as «cotações» dos especialistas e se fazem «apostas» sobre o seu futuro. Esta avaliação pode, decerto, resultar numa cristalização de falsas hierarquias e confirmar poderes apenas parcialmente resultantes de uma alta competência científica (e o perigo é tanto maior, quanto mais restrita e centralizada fôr a associação). Mas pode também assegurar a continuidade da vida profissional dos associados, através de sucessivas mudanças de emprego e de funções, revestindo assim as carreiras de uma certa flexibilidade, precisamente porque lhes proporciona garantias oficiosas.

c) *A difusão das noções elementares das Ciências Sociais*

Resta finalmente, nesta breve digressão, um último problema: o ensino das Ciências Sociais não deve limitar-se apenas à formação de especialistas, se bem que por aí deva começar. É ainda sua função difundir certas noções elementares no público mais vasto constituído pelos utilizadores, os quais é necessário tornar permeáveis ao contributo das Ciências Sociais.

Duas soluções são possíveis. Por um lado, podemos pensar que o tronco comum referido se não dirigiria apenas aos investigadores e aos peritos, mas também a uma grande massa de estudantes que se destinariam seguidamente a estudos muito variados, preparatórios de carreiras de administração, de quadros na indústria privada, de juristas ou de jornalistas. Representaria, neste caso, uma base geral para todos aqueles que não são técnicos.

Por outro lado, ensinamentos complementares inspirados, embora de maneira abreviada, nos mesmos princípios, poderiam interessar engenheiros e quadros técnicos. Não seria, com efeito, abusivo

solicitar, a homens que terão responsabilidades de comando, uma pequena parcela do seu tempo, a fim de melhor conhecerem o comportamento dos «actores» económicos e dos «actores» sociais. O sucesso com que foram recebidos, em diversos países, os cursos de Sociologia e de Economia destinados a engenheiros, e mesmo formações complementares após os estudos técnicos, comprova que tal iniciativa nada teria de utópico⁵.

Será necessário ir mais longe e pensar que, sob forma limitada, o ensino das Ciências Humanas deveria ser incluído na educação secundária? Sobre este ponto, muito depende dos contextos nacionais. O ensino francês vai iniciar esta experiência a partir do próximo ano lectivo (as Ciências Humanas não serão, porém, mais do que uma opção entre outras). Nada existe de chocante, muito pelo contrário, em pensar que o humanismo do nosso tempo não pode permanecer puramente literário, que nele se devem inserir conhecimentos e ideias provenientes da Economia, do Direito, da Psicologia e da Sociologia.

4. Conclusão

Será necessário sublinhar, a concluir, a tese subjacente a esta exposição? Tem-se tomado consciência recentemente, em parte graças ao esforço da O. C. D. E.⁶, de que os problemas do desenvolvimento científico, pela amplidão dos recursos materiais e humanos que este requer, como pelos benefícios que dele podem resultar, deveriam ser objecto duma política consciente e coerente.

O que é válido para as Ciências da Natureza é-o também, apesar das suas exigências mais modestas, para as Ciências Sociais. Uma política das Ciências Sociais deverá ser definida⁷.

(Tradução de *Maria de Fátima Sedas Nunes*)

⁵ *N. da T.* — Em Portugal, foram há anos introduzidos ensinos de Sociologia e Economia nos cursos de Engenharia, mas não foram criados, para os de Sociologia, lugares de professores para os exercer. Vejam-se, sobre o facto, algumas considerações em: A. SEDAS NUNES, «Problemas da Sociologia em Portugal», *Análise Social*, n.º 3, Julho 1963.

⁶ Cfr. *Les Ministres et la Science*, Rapport de Synthèse de la première Conférence Ministérielle sur la Science. Paris, O.C.D.E., 1965, 196 p.

⁷ Uma comissão consultiva da O.C.D.E. prepara um relatório sobre este assunto, destinado à próxima conferência ministerial de 1966.